

ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO BANCO DO BRASIL

Bruna Isabella dos Reis Couto – brunaisabella93@gmail.com

Célio Ramos Sousa Júnior – cjrsousa@hotmail.com

RESUMO:

O estágio supervisionado foi desenvolvido no departamento de análise de crédito especificamente no setor rural, que representa grande parte dos negócios da empresa e do PIB nacional, sendo de suma importância sua realização. O Banco do Brasil conta com uma vasta gama de produtos para atender o produtor rural, que se dividem em dois grandes grupos, o custeio (abrangendo também capital de giro) e o investimento, cada um com desempenho diferente no ciclo produtivo do cliente. Cabe ao banco a consultoria financeira para indicar a melhor solução de capital de terceiros, tomando por base a capacidade de investimento, ciclo produtivo, ciclo de recebimento, ciclo de pagamento e a necessidade de investimento do produtor ou cooperativa. A exemplo de um produtor de leite que deseja adquirir matrizes leiteiras e maquinário para coleta e conserva do leite, a melhor linha de crédito seria o investimento, pois possui maior prazo para pagamento e menor impacto no ativo circulante.

Palavras-chave: ciclo produtivo, custeio, investimento, análise.

Introdução:

O objetivo do estágio realizado pautou-se não só pela obrigação legal de oferecer oportunidade de aprendizado a jovens talentos, mas também procurou contribuir com o crescimento humano e profissional através da vasta experiência e conhecimento que o BB detêm. A contabilidade por sua vez é uma das maiores áreas de interesse da empresa, não só para cumprimento de obrigações legais e prestação de contas com acionistas, mas com o objetivos principais de controle interno, medida de desempenho e elaboração de metas.

Referencial Teórico:

Os CPC's 29 e 46 foram aplicados durante a análise dos demonstrativos contábeis, sem prejuízo de demais pronunciamentos, uma vez que se diferenciam de outros demonstrativos devido a natureza do negócio, crescimento do ativo, valor justo do produto rural e ciclos de caixa específicos. O CPC 29 trata de ativos biológicos e da produção agrícola até o ponto de colheita, a matéria foi essencial para compreensão do ciclo produtivo de cada cliente e na indicação de capital que melhor se adapta a ele. Já o pronunciamento 46 foi aplicado para identificar, nos relatórios, o crescimento econômico dos ativos biológicos/produtos agrícolas comercializados, afim de detectar a evolução patrimonial objetivo da análise.

O CPC 26, de caráter mais amplo, possui a função de padronizar as demonstrações contábeis e por meio da padronização, tornar possível sua comparação entre exercícios anteriores ou entidades do mesmo setor. A identificação dos requisitos abrangentes e essenciais impostos pelo pronunciamento foram identificados em cada análise dos relatórios contábeis pertencentes aos produtores rurais e cooperativas com o intuito de atestar sua saúde financeira, percentual de investimento próprios e de terceiros, ciclos de recebimento/pagamento, endividamento, liquidez, imobilização do ativo e capacidade de pagamento. Foi acolhida, em todas as operações financeiras realizadas, documentação que comprove a existência física de reserva legal ou área de preservação permanente conforme determina a Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012 no que diz respeito a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos. que seja garantida a preservação mínima da vegetação e do solo. O trabalho desempenhado não se relaciona com produtores que explorem irregularmente o solo gerando negócios sustentáveis e respeitosos.

Metodologia:

Conceitualmente, Contabilidade Rural nada mais é que a Contabilidade comercial aplicada ao agronegócio, para Crepaldi (2004) a contabilidade rural tem por objetivo a orientação do agronegócio; assim como em diversas áreas econômicas, mensurar o desempenho econômico financeiro da empresa possibilitando seu controle; apoiar as decisões no planejamento do ciclo produtivo, recebimento e projeção de vendas; necessidade de capital interno ou de terceiros; planejamento do fluxo de caixa; possibilitar a comparação dos resultados após cada ciclo; cumprir exigência legal; subsidiar decisão de fornecedores e investidores. O conhecimento da matéria possibilitou melhor desempenho na consultoria e orientação dos produtores rurais e na interpretação de seus negócios e demonstrações contábeis. A segunda área de conhecimento contábil abordada no período de estágio foi a Contabilidade Gerencial, especificamente a Análise de demonstrações, conforme Marion (2012) a análise das demonstrações contábeis é fundamental para o conhecimento das entidades. As técnicas mais utilizadas foram a análise horizontal e vertical que, conforme o autor, são instrumentos que ilustram a situação das entidades e possibilita ainda sua comparação entre os exercícios, por meio dela podemos identificar, por exemplo, a insolvência ou liquidez.

Resultados e discussão:

Por meio da Análise de Demonstrações Contábeis foi possível calcular riscos e diminuir possíveis perdas dos recursos do BB e do Governo Federal evitando o desperdício, a inadimplência e custos com recuperação de créditos para devedores duvidosos. A experiência de trabalho contribuiu para o desenvolvimento profissional não só com conhecimentos específicos mas também com matérias interdisciplinares como Ética, Instituições Financeiras e Mercados de Capitais e Administração Financeira.

Considerações Finais:

Os conhecimentos práticos e as relações de trabalho desenvolvidas foram de grande importância no crescimento profissional e na complementação da formação acadêmica, que tem sua função cumprida quando contribui com a sociedade. Uma vez que participei da história e do quadro de funcionários do Banco do Brasil ainda por um longo período, pretendo aplicar cada vez mais outros conhecimentos acadêmicos na minha área de atuação e em outros possíveis cargos a serem assumidos.

Referências:

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

Comissão de Pronunciamento Contábeis - CPC 26 (2011). Disponível em: <
[http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?
Id=57](http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=57)>. Acesso em: 11 de agosto de 2016.

Comissão de Pronunciamento Contábeis - CPC 29 (2009). Disponível em: <
[http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?
Id=60](http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=60)>. Acesso em: 11 de agosto de 2016.

Comissão de Pronunciamento Contábeis - CPC 46 (2012). Disponível em: <
[http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?
Id=78](http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=78)>. Acesso em: 11 de agosto de 2016.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Gerencial**. Teoria e Prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis**. Contabilidade Empresarial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.